



EDUCAÇÃO INTEGRAL OU EDUCAÇÃO EM PARALELO?

Roberto Miscow Filho

No Editorial do nº 2 – Vol. 2 (abr./jun. 85) da Revista Militar de Ciência e Tecnologia publicávamos o seguinte texto: “O Japão é considerado, na comunidade internacional, um dos chamados ‘países mais afluentes’, chegando mesmo a competir (vencendo em certos setores industriais) com a própria nação a que o Império do Sol Nascente rendeu-se, há 40 anos.

Muitos falam sobre o ‘milagre japonês; talvez poucos saibam que, no século passado, o Imperador Meiji, avô do atual governante nipônico, iniciou um grande processo educativo de largo alcance, incluindo a erradicação do analfabetismo em seu país. Ao término da II Guerra Mundial, o Japão estava exaurido, porém logo os cientistas japoneses estavam junto aos quadros-negros, estudando a teoria e as equações dos transistores.

Em resumo: nos fundamentos do progresso daquela nação do extremo oriente permanece uma sólida estrutura educacional.

Muitos falam sobre a notável recuperação da Alemanha Ocidental, qual nova Fênix, ressurgindo das calcinadas ruínas de 1945; talvez poucos saibam que, quase ao término da guerra, as autoridades civis e as tropas alemãs conseguiram que as forças norte-americanas poupassem da destruição a graciosa cidade de Heidelberg, na qual, junto ao seu pitoresco casario, entre verdejantes colinas, ergue-se secular e respeitável universidade.

Tais exemplos cremos nós serem suficientes para inferir a estratégica importância de educação.”

O texto acima transcrito pode razoavelmente servir de introdução ao que, a seguir, vamos expor. Entretanto, não pretendemos abordar o tema (a educação) em todos os seus multifacetados aspectos. Vamo-nos cingir a implicações decorrentes do “princípio da finalidade” facho-guia da atividade educacional.

UMA DIVISÃO ESQUEMÁTICA

Falamos no "princípio da finalidade", condição essencial para que o processo pedagógico não se transforme em agitação estéril e cansativa, com evidente prejuízo do educando. Ora, admitindo que aquele princípio tenha sido aceito pelo educador, em geral este segue uma de duas grandes direções, a segunda tendo (infelizmente) a preferência dos especialistas que vêm se dedicando ao assunto.

O primeiro dos dois grandes caminhos é o representado pela que chamaremos: "educação integral" (ou integrada); o segundo é o do que consideramos: "educações em paralelo".

No primeiro caso, o educador vê sua atividade dirigida a um objetivo único representado pela formação integral do homem, ou melhor dizendo: formação do homem integrado, visando um aperfeiçoamento conforme a sua natureza, como um todo orgânico" (a palavra "orgânico" aí usada não em seu sentido concreto, porém para reforçar a idéia da interdependência, da ínsita solidariedade entre as "partes" do ser homem).

No segundo caso, o educador desdobra seu cuidado em múltiplas atividades paralelas e simultâneas, cada uma delas dirigida a um fim específico e bem determinado, a saber:

- preparo do corpo flexível e sadio;
- preparo do profissional competente;

- preparo do cidadão honesto e trabalhador;
- preparo do bom chefe de família;
- preparo do indivíduo sociável e cooperador, etc.

Notemos que, em um e no outro caso, procura-se um *fim*, seja um fim-síntese, seja um fim-somatório, porém, de qualquer forma, sem abandonar o princípio da finalidade.

Conforme está expresso no título que precede os últimos parágrafos, trata-se de uma divisão *esquemática*; porém ela não é arbitrária já que, ao estabelecê-la, nos baseamos na observação de tendências atualmente detectáveis.

Posto que a divisão proposta seja razoável, será também razoável procurarmos julgar os dois caminhos, opinando sobre qual deles deva ser o mais adequado, por exemplo, a uma política educacional. É o que faremos a seguir.

O PONTO DE VISTA DA TOLERÂNCIA

Considerando que as duas grandes direções pedagógicas sugeridas orientam-se pelo princípio da finalidade, um primeiro julgamento será afirmar que ambas são igualmente válidas e, em conseqüência, indiferente a escolha de uma ou de outra: *Cosí é, sí vi parí*.

Ora, sem dúvida, o espírito de conciliação é desejável para o bom convívio político-social. Essa conveniência aparece bem mais oportuna nesta época tão marcada pela ameaça latente da hecatombe nuclear e pelos conflitos atuais, sejam eles guerras limitadas ou ações

terroristas, sem falar na permanente ebulição das crises sociais.

Assim, um modo tolerante de julgar as alternativas seria propor que elas ficassem ao alvedrio de cada educador em particular, fosse ele o pai ou mãe da família, fosse uma Diretora de Escola Primária ou um Reitor de Universidade. E, no final, tudo dará certo, sem prejuízo algum para os grupos sociais, para a população como um todo, para o país.

(Note o leitor que, no parágrafo anterior, colocamos em primeiro lugar o pai e a mãe de família; nunca é demais lembrar que a educação é, fundamentalmente, *direito e dever da família*; depois, do Estado, como *dever*.)

Em outras palavras — o mais importante seriam os resultados. Não havendo “produtos” estragados, pouco importaria a técnica da “fabricação”. No entender do autor deste artigo, este ponto de vista tolerante passa através da óptica pragmática, para a qual o critério único de avaliação é o da *utilidade*. Sendo útil, é bom.

A NATUREZA DO HOMEM

Antes de continuar e apresentar outro julgamento das alternativas esquematizadas, achamos conveniente discorrer (ainda que rápida e imperfeitamente) sobre o ponto crucial subjacente a toda a problemática da educação. Queremos nos referir à natureza do homem: o que é o homem? qual a sua finalidade? O pintor Gauguin havia expresso estas questões deste modo: *D’où sommes nous? Qui sommes nous? Où allons nous?*

Semelhantes questões quase sempre provocam irritação ou enfado nos chamados “homens pragmáticos”, o tipo de reação dependendo do temperamento daquele que se julga “prático” e, portanto, alheio e acima das “discussões filosóficas”.

Quanto a essa posição “superior” assumida pelo pragmatismo, achamos que ela na maior parte das vezes decorre bem menos de uma recusa preconceituosa e bem mais de uma distração intelectual, de um defeito de observação. Tentaremos justificar nossa opinião mediante um exemplo.

É visível, no mundo contemporâneo, uma generalizada postura reivindicatória — nas reuniões de estadistas, nas casas de legislação, na imprensa, rádio e televisão, nos clubes, escolas, salões paroquiais e sindicatos — todos discutindo em torno dos chamados “direitos do homem” (expressão comumente mal redigida na forma: “direitos humanos”, como se os houvesse bovinos, felinos, equinos, caninos etc. . .). Ora, toda essa contínua e acalorada discussão só tem sentido, só não representa absurda e inútil perda de tempo se o tema central do debate for uma realidade objetiva e não algo fluido, vago, dependente da apaixonada subjetividade de cada um dos debatedores. Talvez os que discutem não possam expressar-se clara e definitivamente sobre o que seja o *homem*, porém todos estarão convictos de estar lidando com uma *realidade* e não com uma abstração. As discordâncias e os desencontros ocorrem em consequência dos di-

ferentes modos de conceituar aquela realidade.

Neste ponto, achamos oportuno lembrar como o modo de encarar a realidade humana pode levar a uma situação absurdamente agressiva ao próprio homem. Todos ou quase todos temos, ao longo dos anos, assistido, uma vez ou outra, ao zelo metódico e até mesmo afetuosos com que pessoas tratam de seus passarinhos nas gaiolas. O dono lhes dá o alpiste e a água, a folha de alface e a gema de ovo, o remédio contra o piolho e contra a queda das penas; só uma coisa o amável proprietário não entrega ao passarinho (não precisamos dizer qual é. . .). Ora, os regimes de base marxista nada mais são do que imensas "gaiolas" (ou jaulas. . .) nas quais se entregam às pessoas presas aquilo que o "dono" da gaiola *acha* essencial. O resto, dizem os "donos", é fantasia, sonho, alienação; algo como se nos dissessem que o vôo livre de um canário ou de um sabiá fosse um capricho inútil do pássaro. A esta crítica, o adepto ferrenho do marxismo retruca dizendo que o Estado "progressista" (. . .) concede muitas liberdades aos seus cidadãos. De fato, assim é; também os passarinhos presos podem voar — desde que seja dentro dos estreitos limites da gaiola. . .

A digressão anterior não teve em mira avolumar a crítica (aliás fácil) aos regimes vermelhos; procuramos, sim, ressaltar como (ao contrário do que acham distraidamente os pragmáticos) certas idéias, conceitos filosóficos, abstratos, sobre o homem podem gerar condições políticas, existenciais

(*práticas*, portanto) adversas ao próprio homem.

Demos acima o exemplo extremo dos regimes de inspiração socialista-comunista. Entretanto, qualquer outra concepção filosófica (e, por via das conseqüências, política) que deixe de levar em conta a dignidade essencial do homem (a qual vai infinitamente além dos aspectos comuns aos pássaros e outros animais) qualquer concepção, repetimos, que não considere a dignidade nuclear da pessoa poderá provocar o surgimento (a média ou longo prazo) de uma "gaiola", mais ou menos opressora. Será sempre uma concepção antinatural. Nesta linha de idéias, achamos que o otimismo evolucionista — deixando de considerar em *qualquer* criatura humana *hoje* existente sua dignidade essencial e subordinando a felicidade do *homem* a uma futura e esotérica realização da *espécie*(...) — pode preparar terreno para uma insidiosa escravidão (não importa quão bem intencionados estejam os adeptos do evolucionismo. . .).

Essas doutrinas filosóficas que atribuem milagrosos poderes ao Direito Positivo e veneram religiosamente as leis feitas pelo próprio homem, costumam embair pessoas ingênuas ou ressentidas, pessoas que sentem uma "imensa ternura" pelo índio distante ou "enorme carinho" pelo operário anônimo, porém são incapazes de respeitar um desagradável parente próximo ou um monótono companheiro do trabalho de cada dia. Tais pessoas podem, inadvertidamente, embarcar em "cruzadas" salvadoras da ... Humanidade (...), esquecendo-se

dos mais comezinhos deveres de cujo cumprimento depende a boa, reta e feliz vida em sociedade. Esse "amor-abstrato-fantasiado-de-concreto" que dá preferência ao social, ao coletivo, à massa, infelizmente é hoje esposado até por eclesiásticos os quais, por mais de um motivo, deveriam ser sensíveis ao mistério ontológico da pessoa humana. E, mais que isso, deveriam acreditar de fato na eficácia decorrente da confiança na *transcendência* do destino do homem (cf. Lc. 12,31).

(Há poucos dias, os jornais publicaram, discretamente, uma notícia de país comunista sobre cinco homens condenados por crime de estupro, executados publicamente com um tiro na nuca; é pena que tais notícias não mudem a crença dos que buscam sofregamente a "mudança-das-estruturas", como se ela pudesse transformar, aperfeiçoar o *homem* ...).

O PONTO DE VISTA DA ORDEM

Antes de explicitar o que entendemos pela expressão que dá início a este parágrafo, convém esclarecer o sentido da palavra *ordem* no contexto deste artigo.

Geralmente o termo *ordem* evoca: obediência a normas, leis, regulamentos, respeito à autoridade, disciplina exterior. Em nosso trabalho estamos usando a palavra para denotar: hierarquia de valores, correta *ordenação* dos conceitos, docilidade do pensamento ao real. A muitos talvez, parecerá estranho afirmarmos que a lei escrita não tem valor nem merece respeito se ela ofender a lei natural; numa *ordenação* correta, a lei

escrita deve estar *subordinada* à lei natural.

Um exemplo de *desordem* é a interpretação dada pelos pessimistas (Hegel, Hobbes, Rousseau, Maquiavel, Marx etc.) para a origem da autoridade. Na visão pessimista, a autoridade é necessária fundamentalmente devido à essencial (...) maldade humana. Ora, em boa filosofia, a autoridade tem origem no fato da *pluralidade dos meios* disponíveis; mesmo que os homens fossem todos perfeitos, honestos e dóceis ao cumprimento do dever, ainda assim teria de existir a autoridade, a fim de preservar-se a *unidade na ação*. Além disso, em boa doutrina o homem é *acidentalmente* mau, não essencialmente.

Feitas as considerações anteriores, diremos que sob o ponto de vista da *ordem*, deve-se dar preeminência ao que chamamos "educação integral" (ou integrada). Esta afirmativa poderá levantar objeções de quem tenha considerado igualmente válido o caminho das "educações em paralelo". Por exemplo, poder-se-ia questionar:

"*Todos os objetivos procurados em paralelo não são legítimos? (interrogação). E sendo legítimos, por que cercar, por que opor restrição àquele procedimento pedagógico?*" (interrogação).

A estas questões responderemos que, mesmo admitindo *a priori* a reta intenção do educador, o simples paralelismo é uma solução *inferior* porquanto deixa de considerar a natural unidade do composto humano, unidade essa que *não* se desfaz, não é rompida quando o homem, no dinamismo de

suas atividades, passa de um *estado* para outro, de uma *função* para outra. Assim, o José da Silva em casa é o marido e pai, na rua é o pedestre ou o motorista, no escritório é o engenheiro ou o chefe de seção, na quadra de tênis é o parceiro ou o adversário; porém em qualquer estado é ele mesmo, o José da Silva, a mesma *pessoa*, com solicitações e deveres adaptados às situações porém intransferível e única.

Diremos mais: no paralelismo puro e simples haverá sempre o risco de dar-se maior ênfase a esta ou àquela direção específica, valorizando este ou aquele objetivo particular, com maior ou menor esquecimento dos demais objetivos. Vejamos um exemplo (aliás, já acontecido).

O educador identificou a importância da preparação de mão-de-obra para atender às múltiplas necessidades de um país em desenvolvimento; em conseqüência, introduz-se no currículo do curso *secundário* cadeiras, atividades que (espera-se) dêem ao menino, à menina, treinamento para que os moços, ao receberem o diploma do segundo grau, saiam prontos para entrar no . . . mercado de trabalho.

Ora, perguntamos: em vez de "adestrar" prematuramente o moço em uma técnica comercial ou fabril, visando garantir-lhe um futuro sucesso na vida, não seria melhor torná-lo capaz de ouvir e *deleitar-se* com a *Pequena Serenata Noturna em Sol Maior*, de Mozart, com o *Concerto para piano e orquestra, nº 3, em dó menor*, de Beethoven; capaz de ler e *apreciar* as *Memórias Póstumas de Brás Cu-*

bas, de Machado de Assis, a *Ode Marítima*, de Fernando Pessoa; capaz de entender e *admirar* o postulado de Euclides, a lei da gravitação universal de Newton; capaz de conhecer e *entusiasmar-se* com a história "do Direito Humano, com a narrativa da fascinante aventura de Cristóvão Colombo? (interrogação). Por quê? Porque, na segunda opção, estaríamos burilando a *sensibilidade* do adolescente (qualquer que fosse sua região geográfica e seu estado social), de tal forma que, em *qualquer* profissão futura, ele não fosse indiferente ao mistério que permeia a miséria e a grandeza da condição humana, ele não ficasse alheio a valores mais altos que a segurança e conforto próprios, ele não aceitasse jamais ser um robô a serviço do Estado. Educá-lo para ser exigente consigo mesmo porém tolerante, compreensivo com as limitações, com as fraquezas dos outros (principalmente com as pessoas inferiores); educá-lo, enfim para que ele jamais admita ser transformado em "pássaro de gaiola", nem muito menos em "dono-de-gaiola".

Além disso, é bom lembrar: as dinâmicas transformações econômicas e tecnológicas do mundo moderno podem facilmente tornar obsoletas especializações precocemente adquiridas. Na "educação integrada", ao contrário, dá-se ao educando uma *sólida* cultura geral de tal modo que ele possa, futuramente, adaptar-se às situações com a flexibilidade que é corolário da natureza racional e livre do ser humano. Sob esta mesma perspectiva, a "educação integral" deve orientar o educando de modo

que ele, ao atingir os objetivos intermediários (os mesmos visados pela "educação em paralelo") não queira permanecer "instalado", "estático", porém deseje manter um continuado auto-aperfeiçoamento, lembrando-se de que a educação só termina com a morte, sabendo que a pessoa humana, muito mais que *ter*, deve antes procurar *ser*.

Numa "educação integral" os pais e professores ensinam aos seus educandos os mesmos princípios, os mesmos assuntos ministrados pelas "educações em paralelo"; entretanto, na pedagogia integrada, a unidade formal está presente, hierarquizando as metas dos educadores, subordinando-as à finalidade última. Neste caso, os educadores, muito mais que simples empilhadores de pedras, sabem-se reconhecer como construtores de catedrais!

CONCLUSÃO

Na introdução deste artigo, fizemos referência ao sentido *estratégico* da educação. Em palavras bem mais claras e profundas, tal sentido é apontado por E.F. Schumacher em seu livro *Small as Beautiful* (traduzido no Brasil sob

o título: *O Negócio é Ser Pequeno* — Editora Zahar) quando o sensato e arguto economista inglês nos lembra que os educadores (incluindo de modo especial as famílias) constroem algo que somente será observado quarenta ou cinquenta anos depois; e nos lembra, também, que estamos sofrendo no século XX os danosos efeitos de idéias errôneas surgidas no século passado.

No presente trabalho procuramos, canhestamente, ressaltar a importância estratégica da educação enquanto processo de aperfeiçoamento de pessoas. Acreditamos que esse aperfeiçoamento gera condições de progresso, material e digno, das nações sem que haja prejuízo para os *homens* que as compõem. Esta crença, evidentemente, *não* é seguida pelas concepções filosóficas e ideologias (de direita ou de esquerda, anti-religiosas ou *soi-disantes* religiosas) que valorizam em primeiro lugar o progresso da *humanidade*.

Outrossim, sem pretender originalidade, referimo-nos a antigas verdades. Embora hoje esquecidas, essas verdades podem, entretanto, ressurgir com todo o ímpeto de sua força criadora!



O Cel ROBERTO MISCOW FILHO pertence ao Quadro de Engenheiros Militares e possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras (Infantaria), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (Comunicações) e do Instituto Militar de Engenharia (Engenheiro de Comunicações e Mestre em Ciências em Engenharia Elétrica).

Prestou serviços no 13º Batalhão de Caçadores, Joinville-SC (1953-1956), na Academia Militar das Agulhas Negras (1957-1958) e no Serviço Rádio do Ministério do Exército (1963-1968). Atualmente é o Chefe da Divisão de Alunos do Instituto Militar de Engenharia (IME).